

Questão Discursiva 00185

O Governador do Estado X ajuizou Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, apontando a violação, pela Lei Estadual nº 1.111, de dispositivos da Constituição do Estado, que se apresentam como normas de reprodução obrigatória.

Considerando o exposto, responda aos itens a seguir.

A) O que são normas de reprodução obrigatória?

B) Proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal arguindo violação dos mesmos dispositivos da Constituição Federal, cuja reprodução pela mesma lei estadual (Lei nº 1.111) era obrigatória na Constituição Estadual, sem que tenha ocorrido o julgamento da Representação de Inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça local, poderão as duas ações tramitar simultaneamente?

O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Resposta #004070

Por: arthur dos santos brito 26 de Abril de 2018 às 14:57

A) O que são normas de reprodução obrigatória?

As normas de reprodução obrigatória são aquelas que se inserem compulsoriamente no texto constitucional estadual, como consequência da subordinação à Constituição da República, que é a matriz do ordenamento jurídico parcial dos Estados-membros. A tarefa do constituinte em relação a tais normas, portanto, limita-se a inseri-las no ordenamento constitucional do Estado, por um processo de transplantação. Assim, as normas de reprodução decorrem do caráter compulsório da norma constitucional superior (Art. 25, caput, da CFEB).

B) Proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal arguindo violação dos mesmos dispositivos da Constituição Federal, cuja reprodução pela mesma lei estadual (Lei nº 1.111) era obrigatória na Constituição Estadual, sem que tenha ocorrido o julgamento da Representação de Inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça local, poderão as duas ações tramitar simultaneamente?

Se a lei estadual for impugnada perante o Tribunal de Justiça local e perante o Supremo Tribunal Federal, com fundamento em norma constitucional de reprodução obrigatória, com base no princípio da simetria, suspende-se a ação direta proposta na Justiça estadual até a decisão final do Supremo Tribunal Federal, que poderá ter efeitos erga omnes e eficácia vinculante para o Tribunal de Justiça, se julgada procedente. Aliás, essa é a solução adotada, de longa data, pelo Supremo Tribunal Federal, que indica, como fundamentos a esse entendimento, a primazia da Constituição da República (e, consequentemente, a primazia de sua guarda) e a prejudicialidade do julgamento daquela Corte com relação aos Tribunais de Justiça locais.

Resposta #006850

Por: ALINE RODRIGUES GOMES DOS SANTOS 15 de Novembro de 2021 às 15:24

a) as normas de reprodução obrigatória decorrem da subordinação do poder constituinte decorrente aos princípios consagrados na constituição federal.

São normas de vedação ou de comando limitadoras do poder constituinte decorrente e devem, em face da primazia da constituição federal, observar, especialmente os princípios sensíveis contidos na carta republicana, tais como, separação de poderes, organização administrativa, serviços públicos.

b) A coexistência de jurisdição constitucional estatal e nacional não poderá subsistir, devendo a ação proposta perante o Poder Judiciário Estatal suspender o julgamento da ação até o trâmite final na Suprema Corte.

Contudo, nos casos em que o Poder Judiciário Estatal venha proferir decisão em ADI, nesses casos de coexistência de jurisdição constitucional, em sendo esta de procedência e a inconstitucionalidade for de preceito com correspondência na constituição federal, subsiste a jurisdição do Supremo Tribunal Federal

para o controle abstrato.